

Desenvolvimento social: Algumas considerações teóricas

MANUELA VERÍSSIMO (*)
ANTÓNIO J. SANTOS (*)

Embora os psicólogos do desenvolvimento contemporâneos concordem que retomar o debate “*nature-nurture*” (biologia *versus* ambiente social) é infrutífero, estas duas diferentes concepções, dos determinantes do comportamento humano persistem na psicologia académica, bem como no senso-comum. Um bom exemplo disto é o controverso artigo de Scarr (1993), o qual tenta promover a investigação em genética comportamental, alegando que, devido ao facto de o ambiente social que rodeia os indivíduos ser tão semelhante, a diversidade do comportamento humano deve ser explicada pelas diferenças do património genético. Numa vigorosa reacção a esta posição, Baumrind (1993) contestou a noção de semelhança dos ambientes sociais, sublinhando os resultados de numerosos estudos empíricos, que demonstraram como diferentes condições sociais estão relacionadas com diferenças no desenvolvimento precoce.

Curiosamente, os pioneiros da psicologia do desenvolvimento adoptaram uma visão bastante diferente. Em vez de tentarem decifrar a contribuição relativa dos factores genéticos e ambientais no desenvolvimento humano, argumentaram que ambos actuam em conjunto. Por exemplo, Preyer (1888), um dos primeiros investigadores do desenvolvi-

mento da criança, propôs que o comportamento deve ser entendido enquanto produto da interacção entre a biologia e o ambiente social. As suas pesquisas sobre o desenvolvimento dos sistemas sensoriais levaram-no a concluir que, ao longo do processo de ontogenia humana, existe sempre um efeito bi-direccional entre as funções adaptativas observáveis e as estruturas orgânicas subjacentes. Da mesma forma, James Mark Baldwin (1902) propôs que, ao nível comportamental, os resultados da interacção entre processos biológicos e psicológicos devem ser considerados mais do que a soma das partes. A adaptação comportamental é um produto de forças sociais e biológicas trabalhando juntas para promover níveis crescentes de adaptação individual. As teorias de Baldwin sobre a interacção entre características pessoais e experiências sociais realçaram a importância dos parceiros sociais na construção da personalidade da criança, bem como dos aspectos bi-direccionais na adaptação individual e social. Para Baldwin, a criança é ao mesmo tempo um arquitecto e um produto das estruturas sociais que o rodeiam.

Numa reformulação moderna destas perspectivas psicobiológicas, Gottlieb (1991) propôs que o crescimento individual é conjuntamente determinado pelo genótipo da criança, pela sua experiência precoce e, ainda, por constrangimentos imediatos do contexto desenvolvimental. Na sua perspectiva, o desenvolvimento é o produto de uma co-acção entre a biologia e as influências sociais. As mudanças desenvol-

(*) UIPCDE, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. E-mail (do primeiro autor): mveriss@ispa.pt

vimentais podem ser reguladas em diferentes níveis de complexidade orgânica, bem como dentro de cada um dos diferentes níveis. Se os genes modelam o comportamento, as condições ambientais, também, regulam a expressão genética. A noção de epigênese postula que o organismo e o contexto estão integrados enquanto componentes de um sistema aberto, onde o estado futuro do sistema é determinado por transacções multi-nível. Uma vez que a variação no tempo dos processos biológicos, psicológicos e sociais não pode ser pré-estabelecido, a mudança desenvolvimental é necessariamente probabilística. Uma visão probabilística do desenvolvimento sublinha a diversidade e a plasticidade de fenótipos particulares e realça que as trajectórias de desenvolvimento individuais são sempre incertas, embora permaneçam dentro dos limites de intervalos de reacção específicos de cada espécie.

Vários psicobiólogos contemporâneos argumentaram que, para que seja assegurado um crescimento óptimo, o processo de desenvolvimento humano requer uma base genética bem como um ambiente social suficientemente estimulante. Por outras palavras, a informação que é disponibilizada à criança em crescimento é fornecida tanto pela esfera genética, como pela esfera sociocultural (Valsiner, 1987). Tal como o património genético, os ambientes sociais possuem uma organização particular e uma coerência interna próprias que tem implicações funcionais no crescimento e no desenvolvimento. O ambiente social não é apenas um suporte, mas é também construtivo e informativo (Lickliter & Berry, 1991). Os teóricos bio-sociais expandiram a perspectiva psicobiológica ao enfatizar a importância dos limites da plasticidade comportamental (Edelman, 1987). As mudanças que ocorrem durante o desenvolvimento são, também, governadas por processos selectivos que canalizam as actividades comportamentais e representacionais, e restringem a emergência de estratégias adaptativas alternativas. Estes constrangimentos selectivos limitam as capacidades de ajustamento da criança a situações não familiares. Apesar de ser esperado um certo grau de plasticidade, as diferenças precoces na experiência social podem criar e manter diferenças qualitativas nas trajectórias de desenvolvimento numa mesma população de crianças (Strayer, 1989).

Adoptar uma perspectiva bio-social na psicologia do desenvolvimento permite expandir as perspectivas dos sistemas desenvolvimentais, ao acentuar a importância de processos peculiares

de desenvolvimento que ocorrem em nichos socio-ecológicos particulares. Os nichos particulares impõem constrangimentos específicos ao comportamento e servem de contexto facilitador de comportamentos culturalmente apropriados (Strayer, Verissimo, & Manakowska, 1996; Strayer, 1989). Numa perspectiva bio-social, as crianças são vistas como agentes activos que integram, especificamente, a informação sobre o seu ambiente que melhor corresponde ao seu nível actual de funcionamento psicológico e fisiológico. O estudo das estruturas interpessoais na transmissão de informação social, é essencial para a compreensão dos processos de desenvolvimento, que geram tanto as características comuns como a diversidade da adaptação humana (Strayer *et al.*, 1996).

As últimas duas décadas testemunharam uma renovação do interesse no papel primário das relações precoces no desenvolvimento de capacidades cognitivas, afectivas e comunicativas. Este interesse não é inteiramente novo. Já na década de 1930, Vygotsky, tinha defendido as origens socioculturais do desenvolvimento cognitivo. Nesta perspectiva, a experiência cognitiva da criança está socialmente enraizada, uma vez que ocorre em primeiro lugar num contexto interpessoal e só depois se torna integrada num plano psicológico pessoal. Dito de outro modo, Vygotsky acreditava que o conhecimento é praticado inicialmente num contexto interpessoal, antes de ser interiorizado e apropriado pela criança. Vários investigadores que trabalharam posteriormente sobre esta ideia focaram os seus esforços nos processos de construção social – isto é, na forma como os adultos facilitam diferencialmente o desenvolvimento cognitivo das crianças (Laboratory of Comparative Human Cognition, 1983; Rogoff & Gardner, 1984). De acordo com estes teóricos, as crianças são inicialmente dependentes dos outros para exercer a regulação dos seus pensamentos e acções, mas depois sob a influência dos adultos que servem de “andaimes”, por assim dizer, as crianças tornam-se cada vez mais capazes de uma auto-regulação efectiva (Wertsch, 1979).

Embora à primeira vista a perspectiva socio-cultural de Vygotsky pareça ser diferente em muitos aspectos de uma abordagem Piagetiana mais clássica do desenvolvimento, ambos os modelos estão de acordo quanto à importância central das relações interpessoais enquanto força motriz do crescimento cognitivo da criança. Piaget propôs que o sujeito epistémico nunca é um sujeito isolado, e que os

significados simbólicos são construídos através da interacção com o mundo. Numa reinterpretação das reflexões de Piaget sobre a socialização precoce, Youniss (1980) sublinhou que o desenvolvimento cognitivo não envolve apenas conhecimentos sobre objectos e lugares mas, também, os conhecimentos adquiridos durante interacções sociais com outros. As relações sociais em si mesmas rapidamente se tornam tópicos de reflexão cognitiva.

Para Youniss, tal como para Piaget, o desenvolvimento cognitivo é mais rápido quando se dá no seio de relações interpessoais íntimas e próximas. O crescimento e desenvolvimento do indivíduo necessita de uma contínua reconstituição do *self* através das transacções sociais com outros (Youniss, 1980). Em última instância, o significado das acções de cada um apenas pode ser entendido à luz das acções dos outros. As relações próximas, e em especial as amizades com os pares, fornecem contextos importantes que modelam o desenvolvimento afectivo e cognitivo. A dinâmica da adaptação socio-cognitiva existente em tais relações não envolve apenas o dar e receber de informação. O desenvolvimento socio-cognitivo requer níveis de descentração que envolvem a co-construção social de significados mútuos com parceiros sociais significativos. A perspectiva co-construtivista não só sublinha o papel das relações sociais na construção de um sistema integrado de conhecimento, como coloca ênfase também na importância que os interesses e valores pessoais têm na gestão da atenção selectiva a experiências particulares (Wozniak, 1993). As mudanças desenvolvimentais que facilitam o ajustamento face a pressões específicas, num determinado contexto socio-cultural, contribuem para a construção de níveis apropriados de competências comunicativas locais.

ABORDAGENS ETOLÓGICAS

A investigação pioneira em etologia animal dirigiu-se sobretudo para o estudo sistemático dos padrões fixos de acção [*fixed action patterns*]. Estas estruturas comportamentais foram consideradas inatas e o produto da selecção filogenética. As estruturas sociais de grupos estáveis eram, também, vistas como tendências específicas da espécie baseadas em determinados modos inatos de adaptação colectiva (Lorenz, 1965). No entanto, a emergência da etologia social, nos anos 1970, implicou uma maior ênfase na

forma como as dinâmicas da adaptação social reflectem a interacção contínua entre processos comportamentais e processos ecológicos de uma dada espécie no seu *habitat* particular (Crook, 1966; Kummer, 1968).

A diversidade da adaptação social individual era, então, vista como uma fonte importante da variabilidade inter-individual, a qual se tornaria então o possível objecto da selecção natural. Se a integração e o ajustamento dentro de um sistema social estabelecido eram considerados como sendo requisitos para a sobrevivência a curto-prazo, então tais adaptações deveriam determinar o sucesso reprodutivo individual a longo prazo (Crook, 1970; Kummer, 1968, 1971). A dicotomia organismo-ambiente, que era tradicional na etologia social, foi então re-conceptualizada em termos da existência de três sistemas em contínua interacção: o *habitat* físico, a estrutura do grupo social, e o organismo em desenvolvimento. Esta reformulação teve importantes implicações nos modelos teóricos sobre o desenvolvimento social, em disciplinas vizinhas, tais como, a etologia da criança e a psicologia do desenvolvimento (Crook, 1970).

Em vez de colocarem a ênfase nas noções clássicas de padrões de acção específicos da espécie, os estudos etológicos do comportamento social de primatas não-humanos dedicaram grande atenção aos sistemas hierarquizados de sinalização. Nesta perspectiva, a actividade comunicativa foi conceptualizada como estando sujeita a modulações estratégicas em diferentes contextos sociais e físicos. Em geral, determinadas formas particulares de comportamento social foram associadas com papéis específicos prevalentes no interior da estrutura do grupo. O valor adaptativo de certos comportamentos particulares, depende tanto do estatuto do indivíduo no interior do sistema social, como do relacionamento social estabelecido entre os indivíduos (Crook, 1970).

Uma das contribuições teóricas mais importantes que surgiu da etologia dos primatas foi a formulação de um modelo dialéctico sobre a estabilidade dos relacionamentos sociais. Os pioneiros da primatologia formularam a teoria de que a organização social do grupo envolveria o equilíbrio entre forças coesivas e dispersivas que operavam no interior de uma dada unidade social (Carpenter, 1942; Yerkes, 1928; Zuckerman, 1932). A necessidade de regular estas duas forças opostas permitia explicar tanto a estrutura emergente do grupo bem como a esta-

bilidade dos relacionamentos sociais. Teoricamente, a coesão social era vista como decorrente do interesse comum do grupo para explorar de forma otimizada os recursos ecológicos e sociais; por seu lado a dispersão social decorreria da inevitável competição que surge quando certos indivíduos tentam maximizar o seu acesso aos recursos às custas de outrem. As diferenças no acesso aos recursos que resultam destes vários processos têm consequências directas e imediatas para o crescimento e o desenvolvimento individual. Para além disso, as discrepâncias no acesso dos indivíduos a tais recursos geram diferenças significativas na aptidão reprodutiva individual a longo prazo (Dawkins, 1976).

A ECOLOGIA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO

Na sua teoria ecológica da condição humana, Bronfenbrenner (1978) argumentou que as transacções subjacentes ao desenvolvimento ocorrem à medida que os grupos de organismos interagem colectivamente com o ambiente, para criar um sistema dinâmico aberto de nível superior. Inspirado pela noção de “campos ambientais” que modelam a acção humana, formulada por Lewin, Bronfenbrenner elaborou um modelo ecológico do “desenvolvimento humano em contexto social”, sublinhando o fenómeno de acomodação mútua progressiva entre a pessoa e os seus contextos sociais quotidianos (Bronfenbrenner, 1978). O desenvolvimento é por ele entendido como acontecendo através de processos progressivamente mais complexos de interacção recíproca entre um organismo bio-social activo e as pessoas, objectos e símbolos do seu ambiente envolvente (Bronfenbrenner, 1978). Percebendo a vastidão das capacidades adaptativas humanas, Bronfenbrenner insistiu na ideia de que modelos teóricos unidimensionais nunca poderão explicar o desenvolvimento das acções humanas. As explicações para as questões desenvolvimentais requerem abordagens multidimensionais e não-lineares. Os estudos ecológicos devem ser bi-direccionais e multivariados, mas devem sobretudo acentuar os sistemas abertos funcionando num contexto em contínua mudança (Soczka, 1989).

Em 1996, Bronfenbrenner clarificou quais as condições de aplicação do seu paradigma ecológico ao estudo do desenvolvimento humano. As pesquisas ecológicas deveriam examinar as relações multivariadas existentes ao longo do tempo entre as medidas

relativas a *Pessoas, Processos e Contextos* (PCC). No seu modelo *PCC*, Bronfenbrenner propõe que as variáveis relativas à Pessoa deverão incluir características do indivíduo avaliadas aos níveis socio-histórico, psicológico e biológico. O *Contexto* refere-se a constrangimentos situacionais que podem ir desde as diferenças nos sistemas socio-culturais (e.g., Nativos americanos *versus* Euro-americanos), diferenças contemporâneas no acesso aos recursos (e.g., classe operária *versus* classe média), aos modos prevalentes de interacção familiar (e.g., estilos parentais autoritário *versus* democrático). Os *Processos* variam ao longo do tempo e existem como função conjunta da pessoa e do contexto; a interacção entre variáveis da pessoa e do contexto não é nem linear, nem aditiva, mas sim sinérgica.

O modelo ecológico rejeita explicitamente a assumpção de que os processos desenvolvimentais são de carácter universal. Em vez disso, adopta um ponto de vista onde as diferenças qualitativas no desenvolvimento individual resultam das variações nos atributos dos parceiros sociais e dos padrões de troca social. Apesar deste modelo fornecer um enquadramento intuitivamente acessível para a investigação do desenvolvimento humano, é muitas vezes difícil delinear distinções operacionais entre os vários componentes do modelo. Por exemplo, Strayer, Veríssimo e Manikowska (1996) ilustraram como a segurança da vinculação primária pode ser entendida tanto como uma variável da pessoa, como um aspecto do contexto interpessoal, ou ainda como parte de um processo de regulação socio-afectiva. Uma vez que as pessoas se encontram em transacções contínuas com os contextos, é frequente esbaterem-se as fronteiras empíricas entre os componentes do modelo ecológico.

A adopção de uma perspectiva ecológica no estudo do desenvolvimento da criança requer uma revisão das noções construtivistas sobre a interacção organismo-ambiente, em favor de uma visão mais dinâmica dos processos co-adaptativos das populações. Segundo Bronfenbrenner o modelo *PPC* do desenvolvimento da criança, sublinha a necessidade de um tratamento mais rigoroso de diversos factores que modelam a adaptação precoce da criança. A especificação adequada de características pré-existent das pessoas e dos contextos levanta questões profundas sobre como descrever e classificar a diversidade dinâmica dentro de dadas populações de sujeitos. Os esforços para elucidar as forças sistémicas que dão forma ao crescimento

e ao desenvolvimento individual requerem o uso de estratégias não-paramétricas multivariadas que são pouco familiares para muitos investigadores das ciências sociais.

Problemas semelhantes a estes já tinham ocorrido nas ciências biológicas, nomeadamente, na pesquisa sobre processos co-adaptativos em ecossistemas restritos ou semi-fechados (Legendre & Legendre, 1984). Por exemplo, a primeira tarefa da ecologia é estabelecer curvas de tolerância adaptativa para uma determinada espécie; a curva de tolerância é uma caracterização multivariada do espectro de ambientes nos quais a espécie é viável. A evidência empírica indica-nos que determinados aspectos físicos e sociais do ambiente co-variam de forma a modular zonas de tolerância, e que essa modulação está, por sua vez, normalmente sob a influência de outras variáveis. A adaptação emerge enquanto resposta integrada a pressões combinadas e em interação, vindas de diferentes partes do ecossistema, e não envolve o ajustamento a pressões selectivas unitárias. Neste contexto, a noção de que existe um nível optimal fixo de desenvolvimento pode ser considerado como um artifício da simplificação conceptual, a qual persiste no uso de análises univariadas na sua exploração do controlo ambiental (Putman & Wratten, 1984).

De uma forma semelhante para a psicologia, os processos de desenvolvimento não podem ser compreendidos através de análises singulares de aspectos pré-seleccionados do funcionamento social, psicológico ou biológico. A diferenciação de trajectórias de desenvolvimento requer que se faça uma classificação multi-dimensional, usando variáveis ecológicas relevantes, de modo a derivar categorias empíricas referentes às normas locais que regulam os processos adaptativos em sub-grupos específicos de pessoas.

REFERÊNCIAS

- Baldwin, J. M. (1902). *Development and evolution*. New York: Macmillan.
- Baumrind, D. (1993). The average expectable environment is not good enough: A response to Scarr. *Child Development*, 64, 1299-1307.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *The process-person-context model in developmental research: Principles, applications and implications*. Quebec: Laval.
- Dawkins, R. (1976). *The selfish gene*. Oxford: Oxford University Press.
- Carpenter, C. R. (1942). Sexual behavior of free ranging rhesus monkeys (*Macaca mulatta*). II. Periodicity of estrus, homosexual, autoerotic and non-conformist behavior. *Journal of Comparative Psychology*, 33, 143-162.
- Crook, J. H. (1970). Social organization and the environment: Aspects of contemporary social ethology. *Animal Behavior*, 18, 197-209.
- Edelman, G. M. (1987). *Neural darwinism: The theory of neuronal group selection*. New York: Basic Books.
- Gottlieb, G. (1991). Experiential canalization of behavioral development: Theory. *Developmental Psychology*, 27, 4-17.
- Kummer, H. (1968). *Social organization of hamadryas baboons*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kummer, H. (1971). *Primate societies: Group techniques in ecological adaptation*. Chicago: University of Chicago Press.
- Laboratory of Comparative Human Cognition (1983). Culture and cognitive development. In W. Kessen (Ed.), *Mussen handbook of child development* (Vol. 1, pp. 295-356). New York: Wiley.
- Legendre, L., & Legendre, P. (1984). *Écologie numérique 2, la structure des données écologiques*. Paris: Masson.
- Liclieter, R., & Berry, T. D. (1990). The phylogeny fallacy: Developmental psychology's misapplication of evolutionary theory. *Developmental Review*, 10, 348-364.
- Lorenz, K. (1965). *Evolution and modification of behavior*. Chicago: University of Chicago Press.
- Plomin, R., & Rowe, D. (1979). Genetic and environmental etiology of social behavior in infancy. *Developmental Psychology*, 15, 62-72.
- Preyer, W. (1888). *The mind of the Child*. New York: Appleton.
- Putman, R. J., & Wratten, S. D. (1984). *Principles of ecology*. Berkeley: University of California Press.
- Rogoff, B., & Gardner, W. (1984). Adult guidance of cognitive development. In B. Rogoff, & J. Lave (Eds.), *Everyday cognition: It's development in social context* (pp. 95-116). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Scarr, S. (1993). Biological and cultural diversity: The legacy of Darwin for development. *Child Development*, 64, 1333-1353.
- Strayer, F. F. (1989). Co-adaptation within the peer group: A psychobiological study of early competence. In B. Schneider, G. Atilia, J. Nadel, & R. Weisman (Eds.), *Social competence in developmental perspective* (pp. 145-174). Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- Soczka, L. (1989). *A perspectiva ecológica em psicologia*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- Strayer, F., Verissimo, M., & Manikowska, M. (1996). The family as a biological system: Reflections from small lake ecology. In Rejan Tessier (Ed.), *Childhood and family*. Québec: University Laval Press.

- Vygotsky, L. S. (1978). *Mind in society: The development of higher psychological processes*. Cambridge: Harvard University Press.
- Valsiner, J. (1987). *Culture and the development of children's actions*. Chichester, UK: John Wiley.
- Wertsch, J. V. (1984). The zone of proximal development: Some conceptual issues. In B. Rogoff, & J. V. Wertsch (Eds.), *Children's learning in the "Zone of Proximal Development"*. *New directions for child development* (pp. 7-18). San Francisco, CA: Jossey-Bass, Inc.
- Wozniak, R. H. (1993). Co-constructive metatheory for psychology: Implications for an analysis of families as specific social contexts for development. In R. H. Wozniak, & K. W. Fischer (Eds.), *Development in context: Acting and thinking in specific environments*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Yerkes, R. M. (1928). *The great apes*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- Youniss, J. (1980). *Parents and peers in social development: A Sullivan-Piaget perspective*. Chicago: University of Chicago Press.
- Zuckerman, S. (1932). *The social life of monkeys and apes*. London: Rutledge & Kegan Paul.

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo apresentar algumas perspectivas teóricas sobre o processo de desenvolvimento, especificamente ao nível dos múltiplos factores que contribuem para o desenvolvimento sócio-emocional da criança. Procura-se salientar a definição de desenvolvimento como produto de uma co-acção entre a biologia e as influências sociais. As interacções precoces assim como as interacções entre pares são abordadas como importantes contextos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento social, perspectivas teóricas, interacção.

ABSTRACT

The present paper discusses some theoretical perspectives of the developmental process, more specifically, at the level of the multiple factors contributing to child socio and emotional development. The authors aim to highlight the concept that development is constrained by both biological and contextual characteristics. Both parent/child interactions and peer relations are considered in this paper as critical developmental contexts.

Key words: Social development, theoretical perspectives, interactions.